



QUESTÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E A SÍNDROME DE DOWN A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Maria Heloisa de Melo Cardoso; Ana Paula dos Santos; Helma de Melo Cardoso

Universidade Federal de Sergipe. E-mail: heloisa.cardoso@ifs.edu.br

Resumo: A preocupação com a conduta sexual dos indivíduos tornou-se objeto de intervenção das políticas públicas. No âmbito da educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam as propostas de uma nova estruturação curricular com a introdução do tema transversal Orientação Sexual na educação básica. Seguindo a metodologia da pesquisa bibliográfica, o presente estudo teve como objetivo compreender como a escola desenvolve, de acordo com as orientações dos referidos Parâmetros, no âmbito das políticas públicas, a proposta de educação sexual na perspectiva do gênero e da deficiência. Buscou-se, ainda, caracterizar a situação que envolve a educação sexual da mulher com Síndrome de *Down*. Com base na literatura, constatou-se que há omissão, por parte da escola, na abordagem de questões relacionadas à sexualidade do aluno deficiente. Nesse contexto, as especificidades da mulher com Síndrome de *Down*, para efeitos da educação sexual, não são reconhecidas, de modo a que possa vivenciar sua sexualidade de maneira plena e saudável.

Palavras-chave: Educação Sexual, Escola, Gênero, Políticas Públicas, Síndrome de Down.

Introdução

Pensar o gênero e a sexualidade no ambiente educacional é colocar-se diante de uma situação complexa e de um conjunto de relações de poder e, por isto mesmo, frente à possibilidade de pontos de resistências. Isso porque, no âmbito das sociedades urbanas, as escolas são espaços que ainda mantêm a vigilância e a formação de valores para o gênero e a sexualidade de seus alunos e alunas, seguindo o poder de um modelo que impõe papéis pré-estabelecidos para homens e mulheres nos grupos sociais.

Por conseguinte, caracterizar as questões da sexualidade humana envolve um processo de educação sexual que, embora se concretize na personalidade do indivíduo, é construído socialmente ao longo da vida. É nesse contexto que se instaurou, no Brasil, no ano 2000, o processo de introdução do gênero/sexualidade no currículo sob a forma de temas a serem explorados e desenvolvidos por professores e professoras, a partir de políticas públicas de educação, consubstanciadas em parâmetros e referenciais.

No entanto, mesmo sendo inegável que a sexualidade é inerente a todas as pessoas, de modo geral, configura-se como um tema polêmico, principalmente quando justaposto à questão da deficiência, como alertam Poppi e Manzini (1999). O fato é que a sexualidade da pessoa com deficiência ainda é algo pouco estudado, carregado de crenças e mitos que se misturam a estereótipos (MAIA, 2006). Nessa condição, impregnados pela ideia de que o deficiente é uma pessoa assexuada ou hipersexuada, pais



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

e profissionais da área da educação tendem, muitas vezes, a desconsiderar que suas necessidades, desejos e capacidades sexuais são semelhantes aos das pessoas não deficientes.

No caso da pessoa com Síndrome de *Down* (SD) que tem, como uma das características mais presentes, a deficiência intelectual, não obstante os avanços em relação aos estudos científicos e a compreensão desta Síndrome, séculos de ignorância e de ideias obsoletas ainda fomentam conceitos equivocados a seu respeito (CASTRO; FREITAS, 2008). Apesar de não poder se negar as características e as especificidades da SD, as definições que a relacionam à dificuldade e limitações proclamam determinismos e prognósticos que vão além da alteração cromossômica.

Desse modo, a ausência de debate sobre a sexualidade da mulher com SD chama a atenção diante do avanço da produção acadêmica voltada à incorporação do gênero e da sexualidade nas políticas educacionais. Isso porque, trabalhos recentes têm enfatizado essa proximidade – gênero e sexualidade -, a exemplo daqueles realizados por Andrade (2004), Fava (2004), Freitag (2004), Lira (2010), Silva (2009), dentre outros que fazem um exame da aplicação das diretrizes curriculares sobre Orientação Sexual contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Sob a ótica da diversidade, foi se delineando a preocupação em compreender como a escola desenvolve, de acordo com as orientações dos PCN, no âmbito das políticas públicas, a proposta de educação sexual para a pessoa com deficiência, especificamente a mulher com Síndrome de *Down*. Além disso, tornou-se fundamental, para o desenvolvimento do presente estudo, tratar do universo contraditório que envolve a relação entre sexualidade e gênero em confronto com as políticas públicas de educação. No sentido de ajudar a compreender melhor a situação que envolve a mulher com SD e suas particularidades, o problema colocado é conduzido à luz de algumas reflexões teóricas, de caráter geral, que servem para sustentar esta tarefa.

Metodologia

Para Santos (2001), a pesquisa científica é a atividade intelectual intencional que visa responder às atividades humanas, para compreender e transformar a realidade circundante. Em outras palavras, significa realizar esforços para investigar, descobrir, conhecer alguma coisa. Nesse esforço de descobrir o que já foi produzido cientificamente sobre o tema aqui proposto, a pesquisa realizada, com base em seus objetivos, classifica-se como exploratória, a qual é sugerida por Gerhardt e Silveira (2009), em virtude de ser particularmente útil quando



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

se tem noção vaga do problema de pesquisa e pretende-se a clarificação de conceitos.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, que “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*” (FONSECA, 2002, p. 32). O material bibliográfico foi encontrado em duas fontes informacionais: fontes primárias e fontes secundárias. Nas fontes primárias estão as dissertações acadêmicas, artigos em revistas científicas e livros de diferentes autores, enquanto as fontes secundárias referem-se aos artigos de revisão bibliográfica e artigos de divulgação.

Resultados

A conduta sexual dos indivíduos e da população tornou-se objeto de análise e de diferentes intervenções das políticas governamentais, nelas podendo se identificar uma estreita relação com o seguinte pensamento:

Cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se (FOUCAULT, 1997, p. 27).

A proposição da sexualidade, no Brasil, enquanto norteadora de políticas públicas de educação, deu-se a partir do ano de 1995, em resposta aos sucessivos compromissos internacionais, nos quais o Brasil é signatário, relativos a uma agenda que incluía, de igual modo, o gênero (VIANNA, 2012). Sob a influência de organismos internacionais, como a UNESCO (Organização para das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), foram elaborados documentos para orientar as ações educativas, dentre eles os PCN.

Os PCN são constituídos por um conjunto de propostas educativas, que visam “apontar as metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (MAIA, 2006, p. 164). Esses Parâmetros apresentam as propostas de uma nova estruturação curricular para a educação, contemplando o ensino de temas sociais presentes na sociedade, enfocando as questões de cidadania, entre estas, a sexualidade.

Sendo uma referência para a construção do currículo, os PCN deram ensejo à introdução do tema transversal denominado Orientação Sexual ou educação sexual no ambiente escolar. O significado da Orientação Sexual está em propiciar, aos alunos, os conhecimentos adequados sobre as questões da sexualidade, a fim de que eles possam viver de forma segura e responsável a sua sexualidade. No



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

âmbito dessa Orientação Sexual, a escola deve pretender formar pessoas da mesma maneira que se faz na educação geral. Por seu lado, a transversalidade refere-se à possibilidade de se estabelecer, na prática, uma relação entre os conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real, ou seja, aprender na realidade e da realidade (FIGUEIRÓ, 2002; MAIA, 2006).

Nesse ponto, não há como deixar de ressaltar que a escola carrega uma importante marca que a distingue de outros espaços sociais, no que diz respeito a propiciar o encontro do sujeito com princípios morais, a reprodução de valores éticos e sociais que influem na construção das identidades sociais. Mas, não se trata de lhe atribuir:

Nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeito de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais (LOURO, 2013, p. 21).

Sob essa ótica, as marcas permanentes atribuídas às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam apresentar, mas sim no dia a dia, nas experiências comuns ou extraordinárias que se vive, em seu interior, com colegas, professoras e professores. As marcas lembradas dessas instituições têm a ver com as formas como é construída a identidade social, especialmente a identidade de gênero e sexual (LOURO, 2013).

Desse modo, a escola está associada à sexualidade em dimensões que se inter-relacionam para constituir a dinâmica desse espaço sociocultural, “o lugar onde se desenvolvem atividades cotidianas, se praticam e se elaboram de forma ativa as identidades, e os alunos/as, professores/as se escolarizam como seres sexuais e de distinto gênero” (EPSTEIN; JOHNSON, 2000, p. 14). Os incessantes investimentos que circulam no âmbito da escola, nos imaginários, nas regras, tons de interação, entre outros, colocam em ação, cotidiana e repetidamente, as diferenças entre os sexos, socialmente impostas pelas relações de gênero.

Nesse ambiente, as correções feitas aos jeitos de falar, de vestir, agir, sentir e desejar de meninos e meninas, garotos e garotas, caracterizam-se como dispositivos pedagógicos de gênero, procedimentos sociais através dos quais um indivíduo aprende ou transforma os componentes de gênero de sua subjetividade. Admite-se, portanto, que, na escola, as características femininas e masculinas são construídas, representadas e constantemente reelaboradas, por meio de um movimento de aprendizagem das masculinidades e das feminilidades (LOURO, 2013).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Denota-se, conforme Louro (2013), a existência de práticas concretas e simbólicas para a construção de muitas possibilidades de ser homem e de ser mulher, de modo que, entre garotos e garotas, e professores e professoras, prevalece a obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto. Para tanto, há um esforço, por parte das autoridades escolares, de moldar, anular ou esconder a identidade sexual do indivíduo.

Numa relação dialógica com os PCN, Vianna e Unbehaum (2002) analisam que neles encontram-se realçadas as relações de gênero como referências fundamentais para a constituição da identidade de crianças e jovens. Além disso, nesses documentos as questões de gênero aparecem, com seus significados e implicações, nos conteúdos escolares, atravessando os diferentes campos do conhecimento. Mas, tendo em vista que a problemática dos temas transversais requer que estes se integrem às distintas áreas curriculares, as autoras identificam que o processo de tornar visível a presença do gênero, nos PCN, não é linear, “oscilando entre a timidez e o desvelamento” (VIANNA; UNBEHAUM, 2002, p. 97).

No cerne dessa questão, evidencia-se a preocupação por parte de estudiosos, como Moehlecke (2009), sobre a abordagem do gênero e da sexualidade no contexto da Orientação Sexual, uma vez que a realidade das escolas aponta para a falta de uma perspectiva unificada do tema/conceito, havendo divergências entre os significados que lhes são atribuídos. O que se nota é que a menção da temática de gênero surge em poucos tópicos e em alguns níveis de ensino. Altmann (2003) constata, ainda, que mesmo quando aberta a possibilidade de diálogo sobre o tema sexualidade, este fica restrito à concepção médico-higienista e aos professores de ciências e biologia, dentro do conteúdo de reprodução humana.

A despeito das políticas públicas brasileiras trazerem, em seus discursos, o interesse pela educação sexual como objeto de ensino nas escolas do país, tornada evidente pela inserção da Orientação Sexual nos PCN, na forma de tema transversal, pesquisas como aquelas realizadas por Altmann (2003), por exemplo, apontam que as temáticas de gênero e sexualidade, na prática, são adotadas em atividades meramente informativas e reguladoras da conduta dos/as estudantes.

Acerca dessa questão, Altmann (2003) entende que a escola vem se constituindo como um local privilegiado de implementação de políticas públicas voltadas à formação de sujeitos autodisciplinados, para que estes iniciem sua vida sexual afastando-se da gravidez, dos perigos trazidos pela AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Essa mesma autora observa a subordinação da temática de gênero/sexualidade ao trinômio corpo/saúde/doença na educação sexual. Desse modo, na medida em que a conduta sexual dos indivíduos passou a dizer respeito à saúde individual e coletiva, Altmann



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

(2003) avalia que a sexualidade dos adolescentes, nos últimos anos, mais do que um problema moral, é vista como um problema de saúde pública no país.

Pesquisadores e educadores mostram os aspectos positivos quanto ao ineditismo dos PCN, no que diz respeito a tornar oficial o tema da sexualidade e gênero no currículo e nas escolas. Relativamente às críticas, estas se referem, sobretudo, à forma como a sexualidade é concebida no referido documento, ou seja, “como um dado da natureza, algo inerente, necessário e fonte de prazer [...], como necessidade básica ou impulsos de desejo vividos no corpo, algo sobre o que os sujeitos, principalmente os jovens, deveriam ser informados” (ALTMANN, 2001, p. 580).

Levando-se em conta a temática da sexualidade, cujo ensino foi incluído no currículo escolar como um tema transversal, muito embora os PCN façam menção à relevância da Orientação Sexual no ensino regular, no citado documento não há a alusão quanto à importância desta orientação ser direcionada a todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência. Não obstante, de um modo geral, o Estado, ao conceber as políticas de educação, as projetou para os alunos aos quais era atribuída a identidade de normais, excluindo, nesse processo, os alunos identificados com necessidades educativas especiais, nos quais se incluem aqueles com algum tipo de deficiência intelectual, como no caso da pessoa com Síndrome de *Down*.

Essa falha do sistema educacional, apontada por Ribeiro (2006), vai de encontro ao que preceitua o art. 5 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação [...]”. A omissão em relação à falta de educação sexual para as pessoas com deficiência, contribui para a invisibilidade destas pessoas, configurando-se como uma forma de exclusão na escola.

Discussão

A inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar, mais do que o direito a uma mera inserção, refere-se à oportunidade de vivência plena do exercício da cidadania, e isto inclui a oportunidade de vivenciar sua sexualidade. Nesse sentido, deve-se considerar que o direito à igualdade não corresponde apenas ao acesso à rede de ensino, mas, também, “com o estabelecimento de políticas para a equiparação de oportunidades, de forma a considerar a diversidade como elemento norteador para a igualdade no processo educacional” (DUTRA, 2006, p. 70).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Sendo assim, no processo de inclusão educacional da pessoa com deficiência é preciso tratar o assunto da sexualidade, uma vez que ela não pode ser desvinculada de outros aspectos da vida humana. Para Ribeiro (2006), os alunos que apresentam deficiências são mais suscetíveis às questões sexuais do que outros alunos, razão pela qual necessitam de auxílio na vivência responsável de sua sexualidade. Portanto, não se pode esquecer que “as demandas educacionais relativas à sexualidade dos alunos fazem parte do contexto escolar e, mesmo quando não planejado, pode surgir para a orientação sexual”, conforme adverte Oliveira (2000, p. 108).

Via de regra, o tema é tratado como algo à parte do sujeito, separado, com um enfoque fechado e reducionista. Circunscrevendo-se a questão para a pessoa com Síndrome de *Down*, é possível perceber que a maior deficiência que as crianças, jovens e adultos com esta síndrome têm, não é a sua patologia clínica, sua competência cognitiva, seus transtornos motores ou sensoriais, mas sim pelo que vem de fora deles, exercida pela sociedade: a deficiência de respeito e compreensão.

A fim de se compreender essa problemática, define-se a Síndrome de *Down* como uma alteração genética mais comum entre humanos. Caracteriza-se como a cromossomopatia (doença genética em que há alteração no número ou na estrutura dos cromossomos) que mais provoca deficiência intelectual que qualquer outra doença (CASTELÃO; SCHIAVO; JURBERG, 2003).

Na questão que envolve a sexualidade dessas pessoas, Glat e Freitas (2007) tornam claro que a deficiência intelectual apresentada por elas, só se torna problema pela inabilidade dos educadores, em geral, ao tratar o assunto. Com isso, evidencia-se, nesse grupo, a falta de uma orientação sexual adequada, por conta de um processo deficitário ou inadequado de educação sexual.

Tecendo críticas aos pais negarem tentativas de educação sexual para o filho deficiente, Pinel (1993) avalia que eles são as primeiras peças sociais a interferir na sexualidade do indivíduo. Porém, considerando-se que, mesmo nas situações normais, os pais já manifestem dificuldades para falar do assunto, devido à história de repressão que existe em torno da sexualidade, em relação à SD fica mais evidente a falta de preparo. O autor entende que lidar com a sexualidade é vivenciar os próprios medos, preconceitos e interdições que se teve um dia.

No processo de adolecer, a pessoa com Síndrome de *Down*, assim como qualquer outro adolescente, manifesta sentimentos que se alternam entre sonhos e delírios, prazer e dor, dentre outros que apontam para a necessidade de se



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

saber como vive a intensidade das mudanças, de modo a construir sua identidade adulta neste conflito de desenvolvimento humano (ALMEIDA, 2006). De acordo com Costa (2000), o desafio é interromper o processo de exclusão para dar início a um novo caminho, por meio do qual seja possível debater os preconceitos, as limitações impostas pela deficiência, os tabus que são criados, particularmente daqueles em torno da sexualidade.

Conclusão

De acordo com o objetivo de tratar do universo contraditório que envolve a relação entre sexualidade e gênero em confronto com as políticas públicas de educação, neste estudo pode-se constatar que as demandas educacionais relativas a essas questões são abordadas nos PCN. No entanto, ainda são vistas na escola sob o foco na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez, bem como tornando evidentes as diferenças entre os sexos com base na heteronormatividade. Há consenso, entre os estudiosos, em torno do desafio para consolidar os novos conceitos sobre sexualidade e gênero, de maneira a torná-los definidores das políticas públicas para a educação, pois os mecanismos de controle social ainda têm peso nesta construção.

Tendo como escopo compreender como a escola desenvolve, de acordo com as orientações dos PCN, no âmbito das políticas públicas, a proposta de educação sexual para a pessoa com deficiência, a literatura aqui pesquisada indica que há omissão, por parte da escola, em relação à educação sexual dessa pessoa. Aliado a isso, ainda que no discurso vigente na escola as políticas tenham a finalidade de atender as demandas da sociedade, partindo-se do pressuposto que todos os alunos devem aprender juntos, lado a lado com seus pares, neste contexto, as mulheres com SD fazem parte de um grupo inferiorizado e não reconhecido, nomeadamente no que se refere à Orientação Sexual na escola.

Chama-se atenção para o fato de que, a despeito da patologia clínica, a mulher com Síndrome de *Down* precisa ser reconhecida em suas especificidades, sem que lhe seja negado o acesso à sexualidade. E assim, como qualquer outra mulher, possa dispor de conhecimentos que a ajudem a vivenciar a manifestação de sua sexualidade de maneira saudável. As reflexões até aqui desenvolvidas apontam para o desafio acadêmico de produzir novos conhecimentos sobre essa realidade, a partir do conceito de diversidade.

Referências Bibliográficas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ALMEIDA, M. da S. R. A expressão da sexualidade das pessoas com Síndrome de Down. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 46, n. 7, p. 1-8, jul. 2008.

ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 281-315, 2003.

_____. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

ANDRADE, T. C. B. **Dos temas transversais à apropriação/vivência de valores**: uma proposta de qualidade socioeducacional. 2004. 240f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

CASTELÃO, T. B.; SCHIAVO, M. R.; JURBERG, P. Sexualidade da pessoa com síndrome de down. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 32-39, fev. 2003.

CASTRO, S. F. de; FREITAS, S. N. As representações sociais dos professores de alunos com Síndrome de Down incluídos nas escolas comuns do ensino regular. In: FREITAS, Soraia Napoleão (Org.). **Tendências contemporâneas de inclusão**. Santa Maria: Editora UFSM, p. 49-76, 2008.

COSTA, J. Educação inclusiva e orientação sexual. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Marília, v.8, n. 1, p. 50-57, 2000.

EPSTEIN, D.; JOHNSON, R. **Sexualidades e instituição escolar**. Madrid: Paidéia, 2000.

FAVA, C. A. **Sexualidade como tema transversal nas escolas**: da teoria à prática. 2004. 202f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço escolar. In: Congresso de Educação Inclusiva, I, 29-31 mai., São Paulo. **Anais...** Faculdade Integradas de Ourinhos, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade**. A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FREITAG, M. J. C. **Gênero e sexualidade nas diretrizes curriculares para a educação brasileira**. 2004. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. S. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2009.

GLAT, R.; FREITAS, R. C. **Sexualidade e deficiência mental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2007.

LIRA, A. O tema transversal orientação sexual nos PCN e atitude dos professores: convergentes ou divergentes? **REMPEC – Ensino, Saúde e Ambiente**, Pernambuco, v. 3, n. 1, p. 22-41, abr. 2010.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. In: _____ (org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 7-34.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOEHLECKE, S. **As políticas da diversidade na educação no governo Lula**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p. 461-487, mai./ago. 2009.

PINEL, A. C. Educação sexual dos deficientes. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas ideias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993, p. 36-47.

POPPI, M. A. V.; MANZINI, E. J. Concepção do professor especializado sobre a sexualidade do aluno com deficiência. In: MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. (Orgs). **Educação especial e estigma: corporeidade, sexualidade e expressão artística**. Marília: UNESP, p. 155-165, 1999.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001.

SILVA, S. M. P. da. **A mulher professora e a sexualidade: representações e práticas no espaço escolar**. 2009. 159f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, mai./ago. 2012.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br